

Contas externas vão ter déficit

MILANO LOPES
Da Editoria de Economia

E stão sendo refeitas as principais previsões do Governo para este ano, na versão do Programa Econômico divulgado pelo Banco Central em novembro do ano passado e entregue aos credores externos. O balanço de pagamentos, antes dado como equilibrado, será deficitário, e o "superávit" comercial, ao invés dos US\$ 11,5 bilhões projetados, foi reestimado para US\$ 10,2 bilhões.

Os gastos com a importação de petróleo bruto, estabelecidos em US\$ 3 bilhões, serão reajustados para US\$ 4 bilhões, tendo em vista o preço médio do barril este ano que ficará ao redor dos US\$ 18 ao invés dos US\$ 15 projetados.

O Governo fará um esforço para manter no nível prometido de US\$ 9,6 bilhões as importações, excluindo trigo e petróleo, mas para tanto será necessário um esforço enorme de contenção, através de uma rigorosa administração de todas as compras externas, a começar pelas das estatais.

Além dos 5 mil 500 itens cuja importação está proibida, por serem considerados produtos "supérfluos", a Cacex planeja acrescentar outras centenas de produtos, à proporção em que for sendo identificado seu impacto na pauta.

O Governo conta, também, com a excelente safra agrícola para reduzir substancialmente as importações de produtos como arroz, feijão e milho e espera uma acomodação do mercado de carne, ajustando-se a demanda à oferta, ainda que na base de um preço elevado, de modo a reduzir as necessidades de importação.

A conta de serviços deste ano foi projetada com um "déficit" de US\$ 11,3 bilhões, calculando-se que os juros consumirão US\$ 8,3 bilhões, considerando-se a taxa média da Libor (taxa interbancária de Londres) no nível de 6,5% por seis meses para o período de julho do ano passado a junho deste ano.

Com esses dados, o Governo espera uma reversão no saldo das transações correntes — diferença entre as contas comercial e de serviços — da ordem de US\$ 300 milhões, contra um déficit projetado de US\$ 1 bilhão 900 milhões o ano passado, mas essa expectati-

va terá de ser revista face à reestimativa, para baixo, do superávit comercial em US\$ 1,3 bilhão.

EXPANSÃO ECONOMICA

O Governo vem se recusando terminantemente a adotar a "receita recessiva" para ajustar a demanda, e que se resume num corte fundo nos gastos públicos, inclusive alguns investimentos, numa elevação ainda maior na carga fiscal, especialmente através do Imposto de Renda; num crescimento, em valores reais, da taxa de juros e numa administração flexível do sistema de preços.

Não haverá corte nos dispêndios públicos; a carga fiscal será mantida nos níveis atuais, inferiores aos vigentes no final da década passada; as taxas de juros reais permanecerão estáveis e a intenção é manter uma rígida administração dos preços para evitar expectativas inflacionárias.

Mesmo assim, o Governo acredita que poderá manter, de forma sustentada, a expansão econômica, obtendo, este ano, um crescimento do PIB da ordem de 6%. Segundo as expectativas da Seplan, o produto industrial, que o ano passado cresceu 12%, poderá sofrer um declínio, este ano, para algo entre 5% e 6%, compensado pelo aumento previsto para o produto agrícola e por uma maior expansão do mercado financeiro.

As empresas estatais investirão Cz\$ 160 bilhões, apenas Cz\$ 30 bilhões acima dos dispêndios com investimentos efetivamente realizados o ano passado, porém, com uma diferença: US\$ 60 bilhões serão gerados por contribuições compulsórias extraídas do setor privado via Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), aliviando substancialmente a receita operacional das empresas.

Com essa mobilização de poupança compulsória, calcula a Seplan que o nível de poupança interna, atualmente um dos mais baixos das últimas três décadas, da ordem de 14% do PIB, cresça quatro ou cinco pontos percentuais, ficando, de qualquer forma, ainda distante dos 27% registrados no final da década passada.